

Aconteceu

Garimpeiros atacam soldados no AM

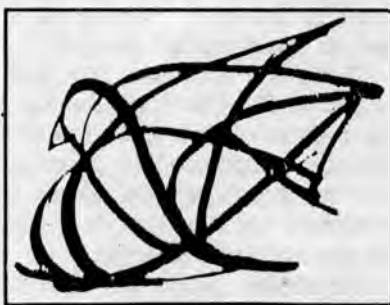
Garimpeiros colombianos — e não guerrilheiros, como foi divulgado — podem ter sido os responsáveis pela morte de três soldados brasileiros na região do rio Traíra, fronteira do Brasil com a Colômbia. O conflito começou no último dia 26, no garimpo de ouro localizado em área demarcada dos índios Tukano, onde funciona um posto do Exército que há dois meses retirou todos os garimpeiros da região. O ataque, que deixou também nove feridos, levou o general Hyran Ribeiro Arnt, ex-comandante militar da Amazônia, a defender a legitimidade do Projeto Calha Norte. (página 11)



Soldados brasileiros vigiam o posto atacado por garimpeiros colombianos

CMI realiza sua 7ª Assembléia

Encerrou-se no último dia 20, em Canberra, Austrália, a 7ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), cujo tema central foi "Vem Espírito Santo, renova toda a criação". Dois brasileiros foram eleitos para o Comitê Central do organismo: o bispo metodista Paulo Ayres Mattos e a pastora anglicana Evanilza Correia. (página 8)



Sucessor de Expedito Ribeiro de Souza é ferido em Rio Maria

O sucessor de Expedito Ribeiro de Souza na presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Rio Maria (PA), Carlos Cabral, sofreu um atentado a tiros no último dia 4. Ele está jurado de morte, assim como o padre Ricardo Rezende, que está movendo uma campanha para a criação de comitês Rio Maria em todo país. (página 6)

Novas experiências de alfabetização são sucesso em MG e RJ

Três experiências de alfabetização estão fazendo sucesso: em Ipatinga, a prefeitura investe na educação do funcionalismo público; em outras cidades mineiras, trabalhadores da construção civil são alfabetizados nos locais de trabalho; e no Rio de Janeiro, um bar se transformou em escola para turmas de oito alunos cada. (página 14)

Governo anuncia redução de desmatamento na Amazônia Legal

O governo anunciou a redução de 36% do desmatamento da Amazônia Legal no ano passado, apesar das estatísticas de crescimento da devastação no Amapá e Rondônia. O secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldenberg, disse que os dados são encorajadores. (página 5)

A inflação sobe depois do congelamento e governo dá abono de Cr\$ 3 mil

Um acordo entre o governo e o PMDB aprovou medidas salariais no Congresso. A partir de abril, o salário mínimo passa a Cr\$ 20 mil e os trabalhadores recebem um abono de Cr\$ 3 mil. Em São Paulo, a Fipe detectou inflação de 3,56% depois do congelamento de preços. (página 3)

Paulistano teme desemprego e violência

Dinheiro e violência são as duas maiores preocupações do paulistano hoje. A crise econômica, o custo de vida, baixos salários, falta de dinheiro, Plano Collor e desemprego; a guerra no Golfo, uma possível guerra mundial, a criminalidade e a falta de segurança foram apontados, em levantamento do DataFolha, como as maiores causas de angústia nos moradores da cidade.

Angústia é mal estar psíquico e/ou físico que pode gerar da inquietação até o pânico, esclarece o "Dicionário de Psicologia" de Henri Piéron. E 33% dos entrevistados na pesquisa disseram espontaneamente se sentir assim por causa de problemas que se relacionam com dinheiro.

Outros 11% passam mal diante da ideia (ou da experiência) do desempre-

go, o que dá mais ou menos na mesma, ou seja, na falta da popular liquidez.

Mas o paulistano teme também, e muito, a violência, seja ela na forma de guerras (7% ficam angustiados com conflitos reais ou possíveis) ou em situações mais comezinhas, como a criminalidade ou a falta de segurança nas ruas da metrópole (também 7%).

A pesquisa, quando o entrevistado se manifesta livremente, apresenta dados mais ou menos uniformes: a angústia aparece com mais intensidade à medida que se apresenta o sentimento de perda — material ou não. Destoa de forma até irônica a aflição que causam na população os chamados "homens públicos": 1% dos entrevistados temem a solidão, 2% ficam aflitos diante da política ou de políticos. (*Folha de S. Paulo*, 24/02/91)

Povo foi "atizado" ao crime em Matupá

O diretor geral da Polícia Federal, delegado Romeu Tuma, está participando em Matupá (MS) das investigações sobre a chacina na qual, em novembro do ano passado, três ladrões foram queimados vivos. Participaram da chacina policiais civis e militares, políticos da cidade e centenas de moradores da região. Tuma, que já mandou policiais federais para acompanhar as investigações sobre a chacina na qual, em novembro do ano passado, três ladrões foram queimados vivos.

Participaram da chacina policiais civis e militares, políticos da cidade e centenas de moradores da região. Tuma, que já mandou policiais federais para acompanhar as investigações, informou que, por enquanto, a Polícia Federal não tem como mandar à região delegados e agentes, para instalar uma delegacia. Só no ano passado ocorreram novecentos crimes em Matupá, sem que até hoje os responsáveis tenham sido julgados ou presos.

O governador em exercício de Mato Grosso, Moisés Feltrin (PFL) apresentou um relatório feito por uma comissão estadual, sobre a chacina ocorrida em Matupá, em novem-

bro do ano passado, quando os irmãos Ivanir e Acir Garcia dos Santos e Osvaldo José Belchian foram espancados, queimados vivos e mortos a tiros pela população, após um assalto. Feltrin garante que o povo foi "atizado por alguém a linchar e matar os ladrões". "Vamos até o fim nas investigações" prometeu.

O relatório estranha o fato de o capitão da PM Edir Bispo dos Santos, responsável pela prisão dos criminosos, oferecendo-lhes garantias de vida, permanecer comandando a corporação em Alta Floresta e não ter sido ouvido no inquérito.

Ele admitiu, porém, que há dificuldades para a reabertura do inquérito, por causa do medo que tomou conta das famílias da cidade. Na semana passada, diante da comissão, poucas pessoas se mostraram dispostas a falar sobre o crime.

O secretário de Justiça e Segurança de Mato Grosso, Arquimedes Borges Monteiro, acha desnecessária a vinda de agentes federais para trabalhar nas novas investigações, que incluem inicialmente a exumação dos corpos dos ladrões, enterrados em cova rasa no Cemitério Municipal de Matupá. (*O Globo*, 21/02/91)

Aconteceu

Nº 561

5 a 20 de março de 1991

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 224-6713
Fax: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544
Fax: (011) 825-7861

Editora

Bernardete Toneto
MTb 14.350

Editor de arte

Flávio Irala

Editores assistentes

Ângela Galvão
Beatriz de Moraes Vieira
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação

Beatriz Araújo Martins

Diagramação

Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação

João Francisco Esvald

Fotolitos e Impressão

Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB); Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual

Cr\$ 1.000,00

Assinatura de apoio

Cr\$ 1.400,00

Assinatura exterior

US\$ 50

Sem política salarial, governo dá abono aos trabalhadores

Um acordo de última hora entre o PMDB e o governo garantiu a aprovação do projeto de conversão da medida provisória 295 — sobre congelamento de preços e salários.

O acordo fez com que o governo elevasse o abono salarial de abril de Cr\$ 1,5 mil para Cr\$ 3 mil, elevando o salário mínimo a Cr\$ 20 mil. Em troca, o PMDB aprovou artigo que dificulta a reposição de perdas salariais passadas nos dissídios coletivos.

A esquerda acusa o PMDB de ter entrado na "chantagem" do governo, que ameaçava vetar tudo o que estivesse fora do acordo.

Previsão do Ipea: recessão vai se agravar

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), do Ministério da Economia, prevê o agravamento da recessão no primeiro trimestre. Na sua avaliação, a queda na produção industrial acumulada em 12 meses chegará a 12,3% em março, podendo atingir 13,5%. Em 90, que foi o segundo pior ano da década, a queda acumulada foi de 8,9%. Na hipótese mais otimista, a queda acumulada da indústria ficará em 11,2% e pode chegar ao final de março com uma queda acumulada de 18,7% nos 12 meses.

O Ipea divulgou suas projeções na *Carta de Conjuntura*, de fevereiro. Na carta, o instituto não fez previsão para a inflação, mas admite que o índice de fevereiro ainda é alto e que o sucesso do Plano Collor 2, em relação ao controle dos preços, só poderá ser avaliado pelo índice de março.

Na avaliação do Ipea, o ceticismo da população, é o principal problema para a administração do congelamento dos preços. "Acreditando que ele não será efetivo, as pessoas conformam-se com as majorações", afirma. Tal reação, segundo a carta, impedirá a queda sensível e persistente da inflação, vital para a desindexação da economia. Segundo o Ipea, as novas medidas "parecem tímidas, quando comparadas às do ano passado. (*Folha de S. Paulo*, 05/02/91)

Foi aprovada a política salarial proposta no relatório do deputado Paes Landim (PFL-PI). A cesta básica é definida em Cr\$ 29,6 mil. A variação em cuzeiros da cesta é incorporada trimestralmente aos salários. O mínimo em março é de Cr\$ 17 mil, e em abril, Cr\$ 20 mil.

Foi eliminado o artigo que congelava os dissídios coletivos durante 120 dias. Também caiu o dispositivo que desindexava os créditos agrícolas dos preços dos produtos e que criava um seguro para esses créditos.

Foi introduzido emenda afirmando que o governo tem 60 dias para

enviar projeto-de-lei ao Congresso prevendo a fórmula de reajuste dos salários dos funcionários públicos civis e militares, que não entram na fórmula aprovada. O governo tem também 30 dias para enviar no Plano de Custeio e Benefícios da Previdência Social.

Foi mudada a forma de cálculo dos benefícios de aposentados e pensionistas que recebem o equivalente a um salário mínimo. Eles receberão em maio a variação nominal do custo da cesta, e não percentual, como previa o texto. Os demais receberão a variação percentual. (*Folha de S. Paulo*, 02/03/91)

Inflação sobe em São Paulo

Depois do congelamento decretado pelo governo os preços subiram 3,56 % no município de São Paulo. A informação foi divulgada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) da Universidade de São Paulo.

As maiores altas de preços depois do congelamento ocorreram nos grupos saúde (10,56%), transportes (6,45%) e alimentação (6,42%).

A alimentação fora do domicílio registrou variação de 0,96%. No domicílio, a alta foi de 7,28% por conta das elevações de preços dos produtos industrializados (6,10%).

O IPC está caindo lentamente e deverá encerrar fevereiro com variação de 21% contra a média de preços de janeiro. A metade desse índice, de acordo com as projeções da Fipe, terá a influência da elevação considerável dos preços em relação às médias baixas de dezembro e início de janeiro. O tarifaço terá uma influência de 6,5% e 4% será a "inflação corrente" de fevereiro, isto é, os aumentos de preços efetivamente ocorridos durante o mês. Para março, o IPC está sendo projetado em 10%. (*Folha de S. Paulo*, 05/02/91).

Pesquisa revela atraso da indústria

A produtividade da indústria brasileira é baixa, a qualidade deficiente e o nível de automação precário. Essas são algumas conclusões da pesquisa realizada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo, que analisou detalhadamente o desempenho de 250 grandes empresas no país. A indústria brasileira só conseguirá vencer o atraso tecnológico e ganhar produtividade, alerta a pesquisa, se investir seriamente na formação de mão de obra especializada.

Antes de se envolver mais na educação de profissionais, a indústria brasileira terá de acabar com o auto-

ritarismo e a arrogância implícitos nas relações de trabalho", afirmou o professor da Universidade de Campinas, Luciano Coutinho, coordenador do projeto.

No período de 1980 a 1987, a produtividade industrial aumentou apenas 15,7%. No mesmo período, conforme dados disponíveis no estudo, o Japão aumentou em 70,5% sua produtividade, a Itália 58,7% e os EUA 34,2. Uma diferença tende a se agravar, segundo o trabalho, pela inexistência de integração entre os sistemas financeiros e produtivo do país. (*O Estado de S. Paulo*, 23/2/91; *Isto É/ Senhor*, 27/02/91)

Seringueiros criticam políticas econômica e ambiental do governo Collor

Os seringueiros, há 100 anos responsáveis pela base da economia regional amazônica, e hoje mundialmente reconhecidos como defensores da floresta, estão sendo dizimados pela atual política econômica do governo federal. Apesar do interesse pela questão ambiental, demonstrado reiteradas vezes pelo governo, a queda do preço da borracha está inviabilizando a economia da floresta, e pondo em risco experiências novas e promissoras para desenvolver formas rentáveis e sustentáveis de manejo da floresta. Se não for redirecionada a política do governo para o setor, a floresta será devastada, com graves consequências sociais e ambientais, não só para o Brasil como para todo o planeta.

Foi essa a principal conclusão do Seminário sobre Alternativas Econômicas para as Reservas Extrativistas, organizado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros e o Instituto de Estudos Amazônicos, que reuniu mais de 100 pessoas entre lideranças dos seringueiros, colonos e índios, cientistas e pesquisadores, nacionais e internacionais, entre os dias 24 e 28 de fevereiro, em Rio Branco, capital do Acre.

A borracha nativa é o maior produto econômico da floresta. Sua exploração não é predatória e viabiliza o sustento de mais de 1 milhão de pessoas na selva. Fala-se que é subsidiada. Não é verdade. Existe reserva de mercado, devendo as indústrias darem prioridade para compra do produto nacional: os preços são administrados pelo governo e a Taxa de Organização e Regulamentação do Mercado da Borracha (Tormb) é aplicada às importações. A Tormb gera uma média de US\$ 40 milhões ao ano, utilizados, no passado, prioritariamente para subsidiar o Probor, visando incentivar a produção cultivada da borracha no Brasil, com fracos resultados. Hoje, sustentam a máquina governamental do Ibama, que absorveu a antiga Sudhevea. Nunca os benefícios desse dinheiro chegaram para os produtores de borracha na Amazônia, os seringueiros.

A borracha nativa da Amazônia constitui uma reserva estratégica de recursos e é componente essencial para o desenvolvimento da região. É através dela que as imensas regiões fronteiriças são defendidas, e que a floresta é conservada, gerando renda e emprego para milhares de pessoas. Além disso, constitui estoque genético imprescindível ao sustento dos seringueiros de cultivo.

No último ano caiu o preço da borracha em dois terços, chegando a mais baixo nível em toda sua história. Não caiu, porém, o preço do pneu para o consumidor, destino da maior parte da borracha nativa da Amazônia. Agora, quando os seringueiros são reconhecidos como defensores da floresta, depois de 100 anos de abandono, o governo quer abrir o mercado para importação, deixando o preço da borracha expulsá-los da floresta.

O Conselho Nacional dos Seringueiros entende que a diversificação da base produtiva na floresta, através da exploração de outros produtos (frutos, resinas, amêndoas, essências etc.), já iniciada, exige um tempo maior de maturação para beneficiar índios e seringueiros. Entendem também que a proteção da floresta, assegurada por estas populações, deve ser elemento central de uma política para Amazônia, com benefícios para toda a humanidade. Reconhece que os conhecimentos técnicos acumulados pelas populações que vivem da floresta constituem rico patrimônio a ser preservado. Todas essas funções econômicas, ambientais e sociais não podem ser ameaçadas por uma visão imediatista da política para a borracha.

Portanto, o CNS propõe, por um prazo determinado (durante o qual a diversificação deve ser buscada) um preço que garanta um salário mínimo ao seringueiro e o redirecionamento dos recursos oriundos da Tormb para apoiar as experiências alternativas de manejo sustentado da floresta.

Os seringueiros buscam, a médio prazo, desenvolver sistemas agroflo-

restais, agregar valor aos produtos da floresta através do processamento com novas tecnologias e comercialização sob formas associativas, eliminando o tradicional mecanismo de exploração, que é o aviamento. Estudam possibilidades de mercado para mais de 100 produtos econômicos já identificados nas áreas extrativistas, além da melhoria da qualidade da borracha colocada no mercado.

Todas essas possibilidades, porém, dependem, a curto prazo, da manutenção da ocupação da floresta através da exploração da borracha. O CNS cobra uma posição coerente do governo federal. O presidente Collor, no seu discurso de posse, declarou que o único fator que restringiria a operação do livre mercado no seu governo seria a questão ambiental. Enquanto isso, o dinheiro público do Fundo Constitucional de Investimentos do Norte está à disposição de pecuaristas para capital de giro, mas não pode ser utilizado para a comercialização da castanha e de outros produtos nativos regionais, como atestou a Cooperativa Agroextrativista de Xapuri. (CEDI)

Governo cria Comissão Especial

Através da Portaria nº 121 de 27 de fevereiro, o governo criou Comissão Especial para apresentar proposta, no prazo de 30 dias, de revisão do controle de atividade econômica da borracha, em especial da Tormb, visando a regularização do mercado e a proteção da floresta e do seringueiro (sic). A comissão é composta por representantes do Ministério da Agricultura, SAE, Seman, Secretaria de Desenvolvimento Regional e Departamento da Indústria e Comércio do MEFP (CEDI).

Governo negocia recursos com Grupo dos 7 para Amazônia

A Secretaria Nacional do Meio Ambiente (Semam) divulgou em Brasília a um conjunto de organizações não governamentais convidadas, a versão preliminar do Programa Piloto para a Conservação da Floresta Amazônica Brasileira que o governo está negociando com a Comunidade Econômica Européia e o Banco Mundial, atendendo a solicitação do chamado "Grupo dos Sete". Este grupo reúne anualmente os chefes de Estado e os ministros de Economia da Inglaterra, França, EUA, Itália, Alemanha, Japão e Holanda, para tomar decisões de caráter macro-econômico.

O programa, que terá nova rodada de discussões em Bruxelas no próximo dia 15 de março e deverá estar concluído, para obter financiamento, até junho, prevê três programas chamados estruturais e projetos de demonstração, incluindo várias menções sobre possibilidades de participação de organizações não governamentais.

Os programas estruturais têm como destinatários o Ibama (fortalecimento institucional, fiscalização de unidades de conservação, monitoramento de áreas indígenas), Secretaria de Assuntos Estratégicos (zoneamento e ordenamento territorial) e Secretaria de Ciência e Tecnologia (pesquisa básica e desenvolvimento da tecnologia). São definidas 22 áreas geográficas prioritárias para programas de "desenvolvimento sustentado", os chamados "projetos de demonstração", que seriam julgados por um conselho composto por representantes governamentais locais, regionais e federais e organizações não governamentais. O "Programa de Polos Florestais na Amazônia Oriental", da CVRD, ainda pode constar da versão final do programa.

Técnicos do governo brasileiro sonham com a possibilidade de obter até 10 bilhões de dólares dos países ricos para financiar as atividades do programa em cinco anos. Já no BID, a estimativa não chega a 3 bilhões.

Goldenberg anuncia redução do desmatamento na Amazônia

O secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldenberg, anunciou que o desflorestamento na Amazônia Legal no ano passado atingiu 13.818 km², com uma redução de 36% em relação a 1988 e de 27% sobre 1989. "São dados encorajadores", disse o secretário. Apesar da queda, em dois Estados o desmatamento cresceu: Amapá e Rondônia.

No global, 90% da cobertura original na Amazônia ainda está intocada, informou Goldenberg. Somando-se o desmatamento na Amazônia Legal desde o descobrimento do Brasil, a área é de 415.261 quilômetros quadrados (com os lagos das hidrelétricas de Balbina, Curuá-Una, Samuel e Tucuruí) e de 410.424 quilômetros quadrados, ou uma área equivalente ao Estado de São Paulo ou da França.

Além do fim dos subsídios para projetos agropecuários, Goldenberg disse que a fiscalização do Ibama na região, com pesadas multas sobre os infratores, também ajudou a diminuir o ritmo do desflorestamento.

Outro dado: até a década de 70, segundo Goldenberg, apenas 100 mil quilômetros de área tinham sido desmatados. "Somente na última década foram desflorestados 298 mil quilômetros quadrados". Para Goldenberg, anfitrião da Conferência da ONU sobre

Meio Ambiente e Desenvolvimento, a ser realizada no ano que vem no Rio de Janeiro (as informações foram divulgadas ontem também aos correspondentes estrangeiros), "o Brasil poderá demonstrar aos participantes que não é mais responsável pelo efeito estufa". A participação das queimadas na Amazônia Legal atualmente é de apenas 4% das emissões de carbono em todo o mundo. (Gazeta Mercantil, 07/03/91)

Dados já foram "maquiados"

Em maio de 89, o Inpe admitiu ter subestimado a devastação da Amazônia, em estudo divulgado pelo órgão um mês antes (6 de abril). O total de área desmatada subia de 251,4 mil km² para 343,9 mil km², quase o dobro da área do Estado do Rio. Em termos percentuais, a área devastada subia de 5,12% para 9,3%. A responsabilidade pela "maquiagem" foi atribuída ao governo Sarney. (Folha de S. Paulo, 07/03/91)

AMAZÔNIA LEGAL LEVANTAMENTOS LANDSAT NA ESCALA 1:250.000 Extensão do Desflorestamento									
	Área do estado	Jan 1978 km ²	(%UF)	Abr 1986 km ²	(%UF)	Ago 1989 km ²	(%UF)	Ago 1990 km ²	(%UF)
(excluindo hidroelétricas)									
Acre	153.696	2.464	(1,6)	8.887	(5,8)	9.775	(6,4)	10.333	(6,7)
Amapá	142.369	167	(0,1)	778	(0,5)	1.016	(0,7)	1.278	(0,9)
Amazonas	1.567.954	1.725	(0,1)	17.323	(1,1)	19.255	(1,2)	19.788	(1,3)
Maranhão (1)	260.233	6.076	(2,3)	33.007	(12,7)	34.473	(13,2)	35.585	(13,7)
(incl. desflorest. artigo 57824)		63.900	(24,6)	90.831	(34,9)	92.298	(35,5)	93.410	(35,9)
Mato Grosso (2)	802.403	20.005	(2,5)	71.491	(8,9)	79.596	(9,9)	83.622	(10,4)
Pará	1.246.833	16.525	(1,3)	89.706	(7,2)	97.487	(7,8)	102.389	(8,2)
(incl. desflorest. artigo 39819)		56.344	(4,5)	147.530	(11,8)	155.311	(12,5)	160.213	(12,8)
Roraima	238.379	4.242	(1,8)	29.610	(12,4)	31.391	(13,2)	33.067	(13,9)
Roraima	225.017	132	(0,1)	2.743	(1,2)	3.641	(1,6)	3.802	(1,7)
Tocantins	269.911	3.166	(1,2)	21.617	(8,0)	22.327	(8,3)	22.915	(8,5)
Amazônia Legal (incl. desflorest. artigo 97643)	4.906.787	54.502	(1,1)	275.163	(5,6)	298.963	(6,1)	312.781	(6,4)
		152.145	(3,1)	372.806	(7,6)	396.606	(8,1)	410.424	(8,4)
(hidroelétricas)									
Balbina	—	—	—	2.390	—	2.390	—	2.390	—
Curuá-Una	—	65	—	65	—	65	—	65	—
Samuel	—	—	—	436	—	436	—	436	—
Tucuruí	—	—	—	1.926	—	1.926	—	1.926	—
Hidroelétricas	—	65	—	4.827	—	4.827	—	4.827	—
(incluindo hidroelétricas)									
Amazônia legal (incl. desflorest. artigo 97843)		54.867	(1,1)	279.990	(5,7)	303.790	(6,2)	317.608	(6,5)
		152.910	(3,1)	377.833	(7,7)	401.433	(8,2)	415.251	(8,5)

(1) Oeste de 44W
(2) Norte de 105

Padre Ricardo Rezende funda comitês Rio Maria

O padre Ricardo Rezende — há dois anos vigário de Rio Maria, vivendo há mais de uma década na região do Bico do Papagaio, diocese de Conceição do Araguaia (PA) — viajou para São Paulo e Rio de Janeiro para denunciar a violência do crime organizado na região. Só em Rio Maria foram seis mortos em pouco mais de cinco anos. De João Canuto a Expedito, ambos ex-presidentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e militantes do PC do B, são muitas as coincidências que dão a todas as vítimas o mesmo perfil. "Todos tinham uma ação política. Matam quem dá apoio aos trabalhadores", observa o padre, que por isso vê uma lógica nessa onda de crimes, suspeitando que os assassinatos estão interligados numa rede organizada que atravessaria todo o estado.

Denunciando a má vontade das autoridades na apuração e na prevenção da violência no campo, o padre falou à imprensa, foi à televisão e fez sucessivas reuniões em São Paulo e Rio de Janeiro, conclamando representantes de paróquias, sindicatos, partidos políticos, ONGs e movimentos populares para criar Comitês Rio Maria, iguais aos comitês de campanha pelo esclarecimento da morte de Chico Mendes. Os comitês são grupos de apoio e solidariedade que o padre Ricardo pretende espalhar pelo Brasil.

Enquanto o padre denunciava os crimes à imprensa, a advogada Sueli Bellato, do Departamento Rural da CUT, distribuía uma cópia do manifesto assinado no Rio por 203 intelectuais, artistas e religiosos, exigindo do governo providências para acabar com os assassinatos e punir os assassinos em Rio Maria. O documento lembra os mortos do passado e dá a lista dos jurados de morte. O nome do padre Ricardo Rezende está na relação ao lado de mais cinco ameaçados — Carlos Roberto Neto da Silva, Carlos Cabral, padre Hilário Lopes, Raimundo Marques e o sindicalista Valdério Pereira de Souza.

O padre comenta ainda que 1985 foi o ano mais violento na região de Conceição do Araguaia. "Mausinal, porque nesse ano o governador era Jader Barbalho, que volta agora do governo do Pará", acrescenta.

Relatório encaminhado ao ministro da Justiça pelo diretor do Departamento de Estrangeiros da Secretaria Nacional dos Direitos da Cidadania e Justiça (SNDJ) conclui que os frequentes conflitos e assassinatos na região do Bico do Papagaio são conseqüências de uma injusta estrutura fundiária, agravada pela impunidade, pelo trabalho escravo e pelo desaparecimento do Estado, que deveria no mínimo impor uma ação mais ostensiva da Polícia Federal. (*Jornal do Brasil*, 27 e 28/02/91; *Folha de S. Paulo*, 28/02/91; *CUT/SP*, 27/02/91)

Movimento é nacional

Os Comitês Rio Maria são grupos de apoio e solidariedade que o padre Ricardo pretende espalhar pelo Brasil.

A proposta de criação dos comitês tem como meta criar um movimento nacional em favor da cidadania e da luta dos trabalhadores rurais e pela apuração dos crimes ocorridos no sul do Pará. A ação dos comitês tem como objetivo: arrecadar fundos para a construção de sepulturas para as seis últimas vítimas; levar a julgamento mandantes e executores destes crimes; e a médio prazo apurar e julgar os casos das 173 pessoas mortas na região nos últimos onze anos.

Entidades e pessoas que desejam colaborar para o fim das impunidades na região podem receber instruções do padre Ricardo Rezende, escrevendo para Caixa Postal 7, Rio Maria, PA, cep 68553. (*CEDI/AGEN*, fevereiro, 1991)

Sucessor de Expedito sofre atentado

O sucessor de Expedito Ribeiro na presidência do STR de Rio Maria e genro de João Canuto (fundador do sindicato), Carlos Cabral, sofreu um atentado no dia 4, quando saía da casa paroquial da cidade acompanhado pelo diretor do sindicato e presidente do PC do B no município, Roberto Neto da Silva. Os dois voltavam de uma reunião na casa paroquial onde elaboravam um documento a ser encaminhado à imprensa. Segundo o padre Ricardo Rezende, Cabral seria retirado de Rio Maria no mesmo dia por razões de segurança. Cabral foi atingido por um tiro na

perna e está fora de perigo.

Quanto ao assassinato de Expedito, a polícia do Pará ainda não conseguiu esclarecer totalmente o caso. O pistoleiro José Serafim Sales (o Barreirito), autor confesso do crime, denunciou ter sido contratado por Jerônimo Amorim, proprietário da Fazenda Nazaré, em Paraupébas, no sul do estado. Essa versão foi confirmada por Francisco de Assis Ferreira, o "Grilo", capataz da fazenda que já está preso, intermediário entre o pistoleiro e o fazendeiro. Uma outra versão dos fatos é dada pelo genro de Jerônimo, o advogado

e economista Sergio Reginaldo Moraes, que diz ter presenciado o pistoleiro propondo a Jerônimo o assassinato do líder rural, o que não teria sido aceito por ele.

No final de fevereiro, apresentou-se ao delegado Éder Mauro o advogado Olímpio Jaime, contratado pelo fazendeiro Jerônimo Alves de Amorim, que revelou que tanto seu cliente como ele próprio pertencem à UDR/GO. Jaime informou que seu cliente só se apresentará à polícia depois que for revogado seu pedido de prisão preventiva. (*Jornal do Brasil*, 23 a 28/02/91 e 05/03/91)

Polícia investiga trabalho escravo no Pará

Um trabalhador rural, cuja identificação está sendo mantida em sigilo, denunciou ao deputado estadual do PT, José Carlos Lima, na Assembléia Legislativa do Pará, a existência de um cemitério clandestino na Fazenda Ouro Verde, município de Jacundá (PA), de propriedade de um fazendeiro cujo primeiro nome é Jerônimo. Segundo o trabalhador, no cemitério estão corpos de peões que trabalharam como escravos para a fazenda. Ele mesmo foi contratado por um "gato" (intermediário) e trabalhou lá durante oito meses sem nada receber. Neste período ele pode notar que a fazenda tinha um forte esquema

de segurança: uma barreira na sua entrada, diversas guaritas espalhadas em seu interior e alguns seguranças portando metralhadoras. Descobriu também a existência do cemitério onde alguns peões, que brigaram com os gerentes por causa do não pagamento e da única refeição recebida diariamente, acabaram sendo enterrados, depois de assassinados pelos seguranças.

No dia em que a polícia foi à Fazenda Nazaré, em Paraupabas, investigando o assassinato de Expedito, os seguranças da Fazenda Ouro Verde ficaram temerosos e acabaram afrouxando a guarda, o que permitiu ao trabalhador fugir, chegando até

Belém. O diretor geral do Dops local, Paulo Tamer, quer ir com ele à fazenda, mas o deputado José Carlos Lima só vai permitir isto se receber do governador Hélio Gueiros garantias de vida para o trabalhador.

Investigando as possíveis correlações deste caso com a morte de Expedito, a Polícia Civil do Pará, segundo o delegado Eder Mauro, recebeu informações do Incra de que a Fazenda Ouro Verde não pertence a Jerônimo Alves de Amorim. Até o final de fevereiro, porém, o Incra não havia informado a Eder Mauro o verdadeiro nome do proprietário da Ouro Verde. (*Jornal do Brasil*, 27/02/91)

Sem Terra realizam 6º encontro nacional

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) encerrou dia 23 de fevereiro seu 6º Encontro anual. Realizado em Piracicaba (SP), o encontro reuniu 150 delegados dos 19 estados onde o MST está organizado.

Uma das resoluções do encontro foi a criação do sistema cooperativista de assentamentos, que pretende organizar 95 mil famílias assentadas. O objetivo é abrir a possibilidade

dos assentamentos partirem para a produção de mercado e para a agroindústria, garantindo o acesso a créditos agrícolas, assistência técnica e planejamento da produção e comercialização.

Dividido em três tópicos — o governo Collor, a violência no campo e as jornadas de luta —, o documento que resultou do encontro finaliza com um "chamamento à sociedade", afirmando que a "reforma agrária é

o único instrumento capaz de fixar o homem no campo, acabar com o analfabetismo, com a violência e promover uma verdadeira distribuição de renda. Neste sentido, jornadas de lutas terão início a partir da segunda quinzena de março, e serão marcadas por ocupações de latifúndios, fechamento de estradas e bancos, ocupações de órgãos públicos, acampamentos e manifestações de rua. (*Jornal do Brasil*, 24/02/91 e *Agên*, 27/02/91)

Novas ameaças de morte em SP e MT

Por dar apoio pastoral a 38 famílias de trabalhadores sem terra da Fazenda Monte Alegre, pertencente ao governo paulista, entre os municípios de Araraquara, Rincão e Matão (SP), o padre José Luís Beltrami está ameaçado de morte. Na fazenda, localizam-se cinco assentamentos.

Também em Mato Grosso, o vereador José Maciel, do PL, e o sindicalista Getúlio Pedro da Silva, do município de Marcelândia (MT), estão ameaçados de morte por jagunços da fazenda União, onde há cinco anos existe um litígio entre posseiros e João Becherman e Silva, que se diz dono das terras. (*O Globo*, 26/02/91; *Agên* e *O São Paulo*, 31/01/91)

Julgamento de Darli Alves da Silva em Umuarama (PR) foi adiado

O juiz de Umuarama, Nicola Frascatti, não pretende marcar nova data para o julgamento de Darli Alves da Silva — já condenado a 19 anos de prisão pela Justiça do Acre, por ter sido o mandante do assassinato de Chico Mendes — enquanto o acusado pela morte do corretor de imóveis Acyr Urizzi, ocorrida em 1973, não for removido para o Paraná. O juiz acredita que, com a intervenção da Corregedoria Geral da Justiça e do Tribunal de Justiça do Paraná, a última carta precatória será finalmente cumprida pela Justiça do Acre.

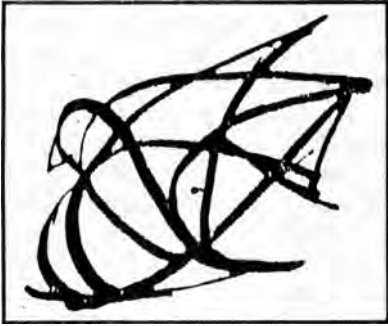
O julgamento de Darli estava marcado para o dia 20 de fevereiro,

mas foi adiado porque o juiz de Xapuri, João Júlio Rocha, alegou que o acusado não poderia ser transferido enquanto não fosse julgado o recurso em que pede a anulação do julgamento pela morte de Chico Mendes.

O promotor Elizeu Hauth afirmou que não há risco de prescrição do processo, porque, apesar de o crime ter sido cometido em 1973, o réu só foi localizado em 1990.

O comitê formado por representantes do PT, da CUT e da CPT para apoiar a acusação no processo acredita que "há um movimento de latifundiários no Acre para impedir a transferência de Darli para o Paraná". (*O Globo*, 26/02/91)

CMI realiza 7ª Assembléia: “O Espírito fala às Igrejas”



Novecentos e cinquenta delegados integrando um total de cerca de 3,5 mil pessoas de mais de cem países participaram nos dias 7 a 20 de fevereiro de uma das reuniões ecumênicas de maior representatividade na era moderna: a 7ª Assembléia do Conselho Mundial de Igrejas.

Além das 316 igrejas-membro, estiveram presentes representantes de comunhões cristãs mundiais, entre as quais a Católica-Romana, órgãos ecumênicos mundiais, outras organizações internacionais e conselhos de igrejas e membros de outras confissões religiosas.

A assembléia, realizada na cidade de Canberra, na Austrália, trabalhou o tema central “Vem Espírito Santo, renova toda a criação” em grupos e nas sessões plenárias contemplando as questões sobre Unidade, Justiça, a Paz e a Integridade da Criação, solidariedade das igrejas com as mulheres e o discernimento das igrejas à voz do Espírito. Os subtemas fizeram referência a questões teológicas e sociais: “Doador da vida, mantém a tua criação”; “Espírito da Verdade, liberta-nos”; “Espírito da Unidade, reconcilia teu povo” e “Espírito Santo, transforma-nos e santifica-nos”.

Um corpo que cresce... — Seis denominações foram recebidas como membros do Conselho Mundial de Igrejas na sessão plenária de abertura da 7ª Assembléia: Igreja Episcopal das Filipinas, Missão Pentecostal Livre do Chile, Missão Reformada Holandesa da África do Sul, Igreja Evangélica Luterana da Bolívia, Asso-

ciação Batista de El Salvador e Sínodo Luterano Salvadorenho.

As igrejas-membro do CMI, que somavam até a Assembléia 310 denominações, formam um total agora de 316.

Pela Justiça, Paz e Integridade

— A primeira declaração do Comitê Central do CMI referiu-se à guerra do Golfo Pérsico, fazendo um chamado urgente às partes envolvidas no conflito para que cessassem de imediato as hostilidades. O Comitê Central exortou os delegados da 7ª Assembléia a pronunciarem-se contra a guerra através de uma mensagem de forte denúncia e confiança em favor da paz em todo o mundo.

Atendendo ao chamado, a assembléia aprovou em sessão plenária um documento oficial sobre o conflito. Segundo o texto “a guerra não oferece uma solução duradoura para os sofrimentos do Oriente Médio e para uma ordem regional e mundial justa, pacífica e estável, mas apresenta insegurança permanente diante dos problemas”.

As igrejas criticaram “a obsessão dos meios massivos de comunicação por esta guerra, que levou ao esquecimento dos esforços para resolver outros conflitos que envolvem o mundo e outras tragédias humanas”.

Outra crítica foi dirigida à ONU, por sua “incapacidade de negociação diplomática com a autorização do uso da força; falta de independência e harmonia para atuar e decidir, seguindo o espírito da Carta das Nações”.

Entre as recomendações feitas pela assembléia estão: a busca de uma solução para o problema do Oriente Médio, que segundo as igrejas só acontecerá “quando se puser fim à ocupação ilegal dos territórios do Líbano, Chipre e dos invadidos por Israel desde a guerra de 1967; e a realização de uma conferência internacional pela paz, a segurança e a cooperação no Oriente Médio”.

Os delegados latino-americanos manifestaram-se de forma especial contra a estrutura atual da ONU, que,

segundo eles, necessita de uma reorientação pois “os países poderosos dependem pelos demais”. Eles questionam o fato de o Conselho de Segurança não ter-se pronunciado sobre a invasão dos Estados Unidos ao Panamá

“Mantém a tua criação”...

— Durante os sete últimos anos, desde a 6ª Assembléia, de Vancouver, o CMI tem trabalhado com intensidade em defesa da vida e portanto do cuidado com a criação. Esta mesma política continuará no próximo período, com a aprovação da continuidade do Programa Justiça, Paz e Integridade da Criação (JPIC).

O documento final indica a realização de programas sobre meio-ambiente que incluam análises sobre a criação, a economia e o desenvolvimento e a estabelecer planos de ação em nível regional e mundial.

O CMI apoiará e participará como organização não-governamental da Conferência sobre Meio Ambiente que se realizará em 1992 no Brasil (Rio de Janeiro).

América Latina presente — A delegação latino-americana integrada por representantes de 22 igrejas protestantes de 14 países apresentou propostas para que o CMI se integre às iniciativas, programas e processos latino-americanos sobre o aniversário dos 500 anos de evangelização do continente em 1992, cooperando com recursos técnicos e econômicos.

O grupo destacou a importância de se travar um diálogo efetivo com o movimento pentecostal e com as igrejas e correntes evangélicas que não aceitam o ecumenismo, principalmente por não aceitar o relacionamento com o Vaticano.

A recomendação é que esta abertura ao diálogo também se estenda às comunidades de base e à igreja popular. As correntes de pensamento que correspondem às teologias contextualizadas do Terceiro Mundo também devem ser admitidas no seio do CMI em seu diálogo aberto com os expoentes da teologia clássica. Boa parte

da delegação, entretanto, considera que a Igreja Católica em várias partes do Continente tem endurecido sua posição em relação às Igrejas Protestantes nos últimos anos. O grupo está de acordo que isto se deve principalmente à linha mais centralizadora adotada pelo Vaticano e a alguns episcopados nacionais que têm tomado posições mais conservadoras ante o diálogo ecumênico.

A delegação latino-americana pronunciou-se de forma destacada sobre o problema da dívida externa, considerada imoral e ilegítima, sendo um instrumento de opressão dos povos latino-americanos.

“Liberta-nos...” — A convicção de que as estruturas e as regras do jogo estabelecidas no mundo atual impedem a justiça econômica e social entre as nações foi sustentada pelas 316 igrejas-membro do CMI.

Os delegados decidiram apoiar uma ação efetiva do CMI nos fóruns internacionais em relação à dívida externa e suas consequências sobre os países do Terceiro Mundo. Neste sentido, solicitam ao CMI e suas igrejas-membro, tanto em nível nacional como internacional, que apoiem as redes de organização da sociedade civil que tenham como objetivo o avanço da justiça social e econômica.

Sobre os 500 anos de descobrimento europeu da América Latina, as igrejas-membro foram conclamadas a utilizar o aniversário em 1992 para revelar ao mundo a opressão que sofrem os povos indígenas e mestiços e a rechaçar as celebrações relacionadas a esta comemoração. Como as igrejas ecumênicas são conscientes de que este tema trará controvérsias com a Igreja Católica, os delegados consideram que se deve estabelecer um diálogo para que haja um reconhecimento da cumplicidade das igrejas no genocídio ocorrido diante da conquista e exploração a qual foram submetidos os povos indígenas.

Os delegados reafirmaram a política do CMI em seu Programa de Combate ao Racismo, que inclui agora uma preocupação social com os povos indígenas.

Mulheres presentes — Na avaliação da marcha do Programa Década

Ecumênica de Solidariedade das Igrejas com as Mulheres, lançado pelo CMI em 1988, considerou-se que a ordenação de mulheres para o ministério da Igreja não dividirá o movimento ecumênico nem as igrejas.

Esta consideração foi feita apesar do reconhecimento de que existem igrejas-membro que não aceitam esta ordenação, entre elas as igrejas ortodoxas e uma boa parte das dioceses e províncias anglicanas. Um exemplo desta não-aceitação foi dado pelas próprias mulheres ortodoxas delegadas presentes na assembléia, que pronunciaram-se contra a ordenação de mulheres e questionaram de forma veemente a reflexão teológica numa perspectiva feminista.

“Reconcilia teu povo...” — O representante do Vaticano, arcebispo Cassidy, encarregado da Secretaria do Vaticano para a Unidade dos Cristãos, leu em sessão plenária uma mensagem do papa João Paulo 2º à 7ª Assembléia.

Na mensagem o papa considera o tema “Vem Espírito Santo, renova toda a criação”, “significativo e oportuno” porque é o Espírito Santo que guia “nosso processo de diálogo para restauração da unidade entre os cristãos”.

O patriarca Dimitrios 1º, da Igreja Ortodoxa, também enviou mensagem lida pelo metropolitano Bartholomeos de Calcedônia. Ele apontou com especial satisfação a escolha do Espírito Santo como tema central da assembléia.

A Assembléia elege — Em suas últimas sessões plenárias a 7ª Assembléia elegeu os 158 membros que integram o Comitê Central — órgão que rege a vida do CMI entre assembléias — e os sete presidentes que representarão a entidade nos próximos sete anos.

Para o Comitê Central, as regiões que integram o CMI (oito no total) escolhem seus delegados de acordo com o número de membros de suas igrejas. Para a América Latina há seis representantes. Foram eleitos: bispo Paulo Ayres Mattos, da Igreja Metodista (Brasil), Evanilza Correia, da Igreja Episcopal Anglicana (Brasil), Cristina Rosemberg, da Igreja

Evangélica do Rio da Prata (Argentina), reverenda Nélide Ritche, da Igreja Evangélica Metodista (Argentina), o reverendo Erasmo Farfan Figueroa, da Missão Igreja Pentecostal (Chile) e Carlos Sanchez, da Igreja Batista (El Salvador). Para a presidência foram estabelecidos os seguintes critérios de eleição: que um dos sete fosse uma pessoa de idade entre os 27 e os 30 anos; que três fossem mulheres; que um fosse ortodoxo ocidental e um outro oriental. Uma das eleitas é latino-americana: a pastora Eunice Santana, da Igreja Discípulos de Cristo, de Porto Rico.

“Transforma-nos e santifica-nos...” — No encerramento da 7ª Assembléia as igrejas-membro foram exortadas a superar divisões e trabalhar pela unidade visível e a reconciliação do povo de Deus. “Hoje em dia continuam existindo muitas divisões. Algumas são econômicas e políticas. As relações truncadas e as injustiças recaem sobre grande quantidade de mulheres, crianças, jovens e pessoas com capacidades distintas. O Espírito Santo encaminha as igrejas a uma relação de amor e compromisso. O Espírito exorta as igrejas a se comprometerem a alcançar uma unidade visível e uma missão mais eficaz”.

As igrejas do CMI afirmam que o Espírito Santo lhes traz esperança em meio às graves preocupações como a dívida mundial, o militarismo crescente, a devastação do ecossistema e o racismo. Elas expressam “seu sentido de compartilhar a própria missão de Deus e encaminhar toda a humanidade para a comunhão com Ele por mediação de Jesus Cristo, compartilhando nossa fé e nossos recursos com todos”. (EPS, fevereiro/1990)



Sentimento antiíndigena absolve fazendeiro de crime

O Tribunal do Juri Popular de Barra do Corda (MA), município a 600 quilômetros de São Luis, absolveu no dia 21 de fevereiro, por unanimidade, o fazendeiro e comerciante José Maria Moreira Barros, acusado de assassinar há 11 anos dois índios Guajajara, sexagenários e desarmados, com a cumplicidade de oficiais e soldados da Polícia Militar do Maranhão. A decisão do Conselho de Sentença foi aplaudida por mais de cem pessoas que lotavam a Câmara Municipal de Barra do Corda, onde se realizou o julgamento. Os jurados inocentaram o fazendeiro, apesar de ele, em seu primeiro depoimento, ter confessado o crime. Ele diz que confessou sob tortura e que os responsáveis pelo duplo assassinato foram os soldados da PM de Barra do Corda.

Somente um pequeno grupo de índios recebeu com desgosto, mas em silêncio, o anúncio da decisão do júri. Três freiras da Ordem das Irmãs Capuchinhas de Lubatto, representando a Igreja de Barra do Corda, assistiram ao julgamento e manifestaram solidariedade ao réu. Entre os moradores da cidade, a opinião quase unânime é de que o fazendeiro realmente assassinou os índios, mas

por "justa razão". Na véspera do duplo homicídio, um irmão de José Maria Barros tinha sido morto e outros parentes feridos, durante uma briga com um grupo de Guajajara. Os dois índios assassinados não haviam participado do conflito.

Segundo os autores do processo, os Guajajara estavam em poder de um pelotão da Polícia Militar quando foram abatidos pelo fazendeiro. Os policiais, em vez de prendê-lo, teriam ajudado a lançar os cadáveres no rio Mearim, depois de desentranhados para evitar que boiassem. Um dos corpos desapareceu e o outro foi resgatado pelo sertanista Porfirio Carvalho, da Funai, que hoje é funcionário da Eletronorte e o homem mais odiado de Barra do Corda, por sua defesa aos Guajajara.

A absolvição do fazendeiro, previsível em qualquer circunstância, foi facilitada por erros e omissão da Funai e da promotoria pública. Nenhuma testemunha da acusação foi arrolada (havia sete testemunhas da defesa) e a Funai só se habilitou no processo uma semana antes do julgamento, embora o crime tenha ocorrido no dia 26 de março de 80. (*Tribuna da Imprensa*, 22/02/91)

Indigenista envia carta ao presidente

No dia 5 de fevereiro o indigenista José Porfirio de Carvalho enviou uma carta ao presidente Fernando Collor de Mello, apelando para que o assassinato dos dois índios não ficasse sem punição. O ex-funcionário da Funai expõe na carta sua preocupação quanto às falhas existentes no processo. "Tudo indica que este será mais um crime cometido contra os índios que ficará impune". Correspondência semelhante Porfirio enviou ao presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, e ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. A Procuradoria Geral da Funai, em Brasília, sequer tem cópias do processo e poucos dias antes do julgamento nada sabia informar sobre o caso. (*Correio Braziliense*, 19/02/91)

Inaugurado Comitê Intertribal 500 anos de Resistência

No dia 21 de fevereiro foi inaugurado com um ato simbólico, no auditório do Sindicato dos Professores (Simpro), o Comitê Intertribal 500 anos de resistência.

O comitê, instalado até dezembro de 92, terá como trabalho principal a realização de duas conferências indígenas: uma de caráter nacional onde espera reunir cerca de 400 índios como forma preparatória para a grande conferência internacional em abril ou maio de 92, já com a participação de índios de outras partes do mundo, no Rio de Janeiro, além de coordenar eventos ecológicos e indígenas no Brasil e em outras partes do mundo. (*CEDI*, 28/02/91)

Índios de Cabrobó e Inajá são abandonados pela Funai

É de completo abandono o estado dos índios Truká, do município de Cabrobó, e dos Kambiwaá, espalhados na divisa de Ibirimir com Inajá, conforme apurou uma equipe do Instituto Brasileiro de Amizade e Solidariedade aos Povos (Ibasp). Após quatro dias de permanência nas comunidades, a equipe concluiu que é quase nula a assistência da Funai, que os índios vivem em pobreza absoluta e que os conflitos de terra com os brancos tendem a agravar, se não houver a imediata demarcação das áreas indígenas.

Em conversas com os Truká, a equipe do Ibasp ficou sabendo que aos índios são enviados remédios com o prazo de validade vencido e que

sementes destinadas ao plantio de lavoura apodreceram num posto da Funai, sem que fossem enviadas à aldeia. Há três meses, o índio Antônio Gilvan Cruz de 22 anos foi tirado de sua casa por desconhecidos e barbaramente torturado antes de ser assassinado. Segundo o cacique Joaquim, Gilvan foi assassinado porque atribuíram a ele a responsabilidade pela destruição de uma cancela levantada por um fazendeiro numa via de acesso público.

Quanto aos Kambiwaá, eles pleiteiam nova demarcação. A falta de água é um dos dramas da aldeia, só há um poço para servir água a toda comunidade que tem 1.250 índios. (*Jornal do Comércio*, PE, 17/02/91)

Soldados são atacados no garimpo do rio Traíra

Garimpeiros colombianos e não guerrilheiros podem ter sido os responsáveis pelo ataque ocorrido no dia 26 de fevereiro, que matou três soldados do Exército brasileiro, deixando nove feridos, três em estado grave. Eles montavam guarda no posto do Exército no garimpo de ouro dos índios Tukano no rio Traíra, fronteira com a Colômbia. No conflito, outros nove, de um destacamento de 30 soldados brasileiros ficaram feridos. Essa possibilidade foi admitida pelo comandante militar da Amazônia, general Antenor de Santa Cruz Abreu.

Cerca de 4 mil garimpeiros vivem na área conhecida como garimpito, a dez quilômetros da cidade colombiana de Puerto Nuevo.

O Comando Militar da Amazônia (CMA) tomou conhecimento do ataque três dias depois, quando chegaram à região os soldados encarregados de fazer a troca semanal da guarda. Durante esses dias o destacamento permaneceu incomunicável, pois os atacantes roubaram o equipamento de radiocomunicação, fuzis automáticos, munições e alimentos.

A emboscada contra os soldados ocorreu nas proximidades da cachoeira Jatuarana, onde os soldados montaram acampamento para fiscalizar o tráfego de embarcações e evitar que os garimpeiros brasileiros e colombianos voltassem ao garimpo dos índios. O Exército realizou há dois meses uma operação para retirar todos os garimpeiros instalados na área.

Os garimpeiros colombianos costumavam entrar em território brasileiro pelo rio Caquetá, que desagua no rio Traíra. O trajeto entre vila Bittencourt e o garimpo dos índios é feito por meio de lanchas voadeiras em cerca de nove horas, no leito do Traíra. O garimpo, que fica em área indígena demarcada, era comandado pelos índios Carlos e Benedito Machado, que residem em Pari-Cachoeira. Na área, o Exército construiu com recursos do projeto de ocupação de áreas fronteiriças batizado de Calha Norte, duas pistas de pouso — uma em Pari-Cachoeira e outra em Vila Bittencourt. As duas pistas foram interditas para aeronaves civis desde a morte dos soldados. (*O Estado de S. Paulo*, 03/02/91)

General diz que ataque legitimou o Calha Norte

O ataque ao posto do Exército na serra do Traíra demonstra a vulnerabilidade da fronteira amazônica e a legitimidade do Projeto Calha Norte, afirma o general Hyran Ribeiro Arnt, ex-comandante militar da Amazônia e responsável pela implantação dos quartéis do Calha Norte. Segundo o general Arnt, hoje na reserva, a ameaça externa foi e continua a ser a motivação principal do projeto. Na sua opinião, o Calha Norte deveria ser expandido e reforçado.

Antonio Brandt, secretário-executivo do Conselho Indigenista Missionário

(Cimi), afirma que a entidade apóia a missão do Exército na defesa da fronteira, mas é contra a restrição dos direitos dos índios às suas terras. O que o Calha Norte fez foi reduzir em 41% as terras dos Tikuna, em 59,5% as áreas indígenas do Alto Rio Negro e em 76,4% a terra dos Yanomami.

O general Arnt acha que os críticos do Calha Norte não o entenderam. O fundamental no Calha Norte é a questão internacional. "O índio não é problema. Na Amazônia, os índios são nossos soldados. O que justifica

o projeto são as ameaças externas". Segundo o general, se houvesse um pelotão na serra do Traíra, e não apenas um destacamento do 1º Batalhão de Fronteira de Tabatinga (a 400 km), o Exército teria mais poder de dissuasão. O general acha que a serra do Traíra é uma região turbulenta. "Você tem as mineradoras Paranapanema, Goldamazon, garimpeiros brasileiros e colombianos, guerrilheiros, traficantes e contrabandistas. Além disso, nossos vizinhos têm tensões entre si e problemas internos", disse. (*Folha de S. Paulo*, 06/03/91)

Garimpeiros invadem áreas indígenas em RR

Pelo menos mil garimpeiros invadiram na semana passada as reservas dos índios Makuxi, Ingarikó e Taurepang em Roraima, informou, dia 25 de fevereiro, o líder do Conselho Indígena de Roraima, Silvestre Leocádio.

Leocádio, líder Makuxi, disse que os garimpeiros estão usando as estradas que ligam Boa Vista a Normandia e Vilas, nas áreas indígenas que ficam nas regiões do Cotingo, Alto Mau, serra do Parima e monte Roraima. (*Folha de S. Paulo*, 26/02/91)

Grupo Médicos do Mundo vai dar assistência aos Yanomami

O Itamaraty liberou no dia 21 de fevereiro, os vistos para os integrantes do grupo internacional *Medicins du Monde*, a fim de que eles prestem assistência aos índios Yanomami, em Roraima.

A entidade de trabalho voluntário, com sede em Paris, apresentou ao ministro Alceni Guerra, em novembro passado, projeto de cooperação com o Ministério da Saúde, num programa de assistência médica e sani-

tária aos índios. O projeto prevê reforma e reequipamento de uma instalação hospitalar para as comunidades Yanomami e treinamento de brasileiros.

A organização Médicos do Mundo é um grupo de médicos, enfermeiros e assistentes sociais que, sem receber salários, trabalham por períodos na assistência a áreas carentes e em casos de calamidades. (*O Globo*, 22/02/91)

Os trabalhadores e a crise na Autolatina

A recessão econômica provocada pelos planos Collor 1 e 2 constitui um grave problema social e um desafio ao movimento sindical. Parte de seus efeitos recai sobre os trabalhadores: demissões, desemprego e achamento salarial.

Redução nos níveis de produção, queda de vendas, acúmulos de mercadorias nos estoques, por outro lado, fazem da greve um eventual aliado das empresas quando estas, de qualquer modo, precisam diminuir suas atividades. Este é o cenário onde duas greves recentes, dos metalúrgicos da Autolatina e dos portuários de Santos, se desenrolaram.

No último dia 23 de janeiro a Autolatina, grupo que reúne a Ford e Volkswagen, anunciava um sistema de demissões voluntárias. Ao mesmo tempo, corriam boatos de demissão em massa nas suas sete unidades espalhadas pelo país. Os trabalhadores se mobilizaram e decidiram entrar em greve para barrar a concretização das ameaças de demissões.

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, propôs à Autolatina reduzir a jornada de trabalho para 40 horas semanais sem redução de salários a fim de reduzir a produção e evitar demissões. A empresa negou-se a negociar a proposta e, alegando a necessidade de adaptação à demanda do mercado, anunciou um total de 5.110 demissões. No mesmo dia os trabalhadores das fábricas de São Bernardo e

São Paulo entraram em greve. Ao mesmo tempo a Fiesp divulgava um estudo apontando uma queda de 3,6% no nível de emprego do mês de janeiro, índice maior que o de 1981 quando o país estava mergulhado em sua pior recessão. Isto significa que os dispensados não seriam readmitidos. Também a Anfavea publicava um estudo alertando para o "efeito dominó" das demissões. Para cada posto de trabalho fechado nas montadoras de veículos 29 outros seriam suprimidos totalizando 148.190 demissões no setor de autopeças.

Alegando que os estoques eram de carros de luxo e que a montadora não conseguia dar conta dos pedidos de carros mais baratos, Vicente Paulo da Silva, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, foi a Brasília exigir do governo medidas de proteção aos trabalhadores e articular no Congresso o apoio à greve. Argumentava ainda que os trabalhadores estavam sendo usados como "bucha de canhão" numa queda de braço entre a Autolatina e o governo por causa do congelamento de preços e da taxa do IPI, responsável por 43% do preço dos carros, enquanto a mão-de-obra não chega a 5% do valor total.

Por sua vez os trabalhadores fizeram passeatas na Via Anchieta e na Av. Paulista, obtendo o adiamento da divulgação da lista de demissões. No dia 21 de fevereiro a Autolatina admitia que seus pátios estavam se esvaziando e adiou mais uma vez a

lista ao mesmo tempo que mantinha negociações com os sindicatos. Novas rodadas de negociações foram feitas e chegou-se a um acordo: suspensão das demissões até 20 de março com a manutenção do esquema de demissões voluntárias. A greve acabou no dia 26 de fevereiro quando os pátios contavam com apenas metade dos veículos quando do início do movimento.

Enquanto afirma ter o direito de ajustar-se à realidade do mercado, a Autolatina faz coro com o presidente da Anfavea que declarou que o "congelamento é um tiro mortal na administração das empresas". Para que então as demissões? Para debilitar ainda mais o mercado interno através do aumento do desemprego. Obviamente, isto reduz o consumo e assim restringe-se ainda mais a demanda por carros. O resultado é que a própria Autolatina estaria alimentando a suposta razão que a faz demitir.

Os trabalhadores julgam inaceitável ficarem servindo como válvula de pressão da empresa sobre a política econômica do governo. O ABC tem importante papel neste jogo pois, fazendo frente às demissões, estão conseguindo enfrentar o aprofundamento da recessão. Como a empresa não abre mão das demissões e como abril é data base dos metalúrgicos do ABC, o segundo tempo dessa disputa ainda está para ser jogado. (Antonio Luigi Negro, CEDI)

Metalúrgicos voltam ao trabalho mas mantêm alerta

Os metalúrgicos da Autolatina em São Bernardo do Campo, retornaram ao trabalho no último dia 26 de fevereiro, encerrando a greve iniciada no dia 18, diante do compromisso assumido pela empresa de suspender as 3.550 demissões até o dia 23, quando serão retomadas as negociações. A empresa decidiu também que até o dia 20, estarão reabertas as inscrições para demissões voluntárias, nos mesmos moldes anteriores, ou seja, o incentivo salarial será de acordo com o tempo de serviço. Também

foi acordado que os dias parados serão descontados em duas vezes e que até a nova rodada de negociações não serão feitas novas demissões.

Os trabalhadores da unidade da Ford no Ipiranga, que estão em licença remunerada, também poderão optar pelo voluntariado.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, Vicente Paulo da Silva, lembrou que os trabalhadores continuam vivendo uma situação insegura, apesar do acordo firmado com a Autolatina. Após o dia 20, a Autola-

tina entrará em contato com o Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema e com o de São Paulo para informar os resultados do voluntariado. Vicentinho teme que a empresa volte a demitir caso o voluntariado não atinja o número de dispensas pretendido (1,8 mil na Volks e 1,75 mil na Ford). "Vamos nos manter organizados" — prometeu Vicentinho, lembrando que a greve pode ser retomada quando findar a trégua. (Diário do Grande ABC, 27/02/91)

Governo recua e suspende demissões em Santos

Depois de 22 dias parado, o porto de Santos voltou a funcionar no dia 1º. O governo recuou e decidiu mandar readmitir os 5.370 portuários grevistas dispensados uma semana antes. A decisão foi anunciada pelo ministro da Infra-estrutura, Ozires Silva, que em troca, exigiu dos sindicatos que apóiem o projeto de lei enviado ao Congresso desregulamentando os serviços portuários, privatizando alguns deles e eliminando os monopólios dos sindicatos. Em contrapartida, o governo aceitou formar uma comissão para discutir as reivindicações dos portuários que não foram atendidas pelo Tribunal Regional do Trabalho (TRT), no julgamento do dissídio.

As demissões eram consideradas irrevogáveis até quando, a prefeita santista, Telma de Souza, os senadores Mário Covas e Eduardo Suplicy, sindicalistas, deputados e vereadores da Baixada Santista tentaram reverter a situação em tenso encontro de mais de duas horas com o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, e o próprio ministro da Infra-estrutura, Ozires Silva.

Os portuários exigiam reposição salarial de 158,1%, enquanto a Medida Provisória 295 estabeleceu reajuste máximo de 37%. A Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp) mandou submeter a gre-

Santos resiste e vence

A população santista demonstrou, a todo o país, que a resistência e a unidade em torno de princípios fundamentais de cidadania podem prevalecer em momentos de crise aguda, de radicalização de posições. A reavaliação, por parte do governo federal, das demissões dos mais de 5.300 portuários resgata para nossa cidade a importância político-econômica que verdadeiramente possui no cenário nacional.

Em nenhum momento, durante os últimos 22 dias, apesar do duro golpe da demissão em massa, houve qualquer ato de violência ou atitudes que pudessem macular o movimento em defe-

sa do direito ao trabalho e do desenvolvimento econômico da região. Ao contrário. Trabalhadores, empresários do comércio, dos serviços e da indústria e poder público municipal uniram-se em defesa da cidade, buscando o diálogo e oferecendo alternativas para a solução de uma crise que apontava para o caos social.

Santos disse não à recessão, ao desemprego. Santos deu um grito de alerta, que se refletirá em cada canto do país, exigindo mudança do plano econômico do governo. (Telma de Souza, prefeita municipal de Santos, 01/03/91)

vo ao julgamento do TRT. O Tribunal decidiu que a paralisação não era abusiva e que os portuários deviam retornar ao trabalho. Os portuários não voltaram, então a Codesp, após ultimato, demitiu todos os grevistas por telegrama. Os trabalhadores responderam com táticas originais e uma articulação política contra os efeitos negativos das demissões e da política econômica do go-

verno. De um lado, realizaram a "operação bloqueio", impedindo a entrada de qualquer pessoa no porto de Santos. Articularam ainda um dia de greve geral na cidade. De outro lado, encontraram apoio na prefeita Telma de Souza (do PT), que declarou estado de calamidade pública e articulou um fundo de greve. (O Estado de S. Paulo e Folha de S. Paulo, 01/03/91)

No Rio de Janeiro, ato em defesa da Eletrobrás

Realizou-se no último dia 4, no auditório da Academia Brasileira de Letras, no Rio de Janeiro, ato público em defesa do setor elétrico brasileiro. Cerca de 400 pessoas estiveram presentes ao ato em defesa das empresas estatais do setor elétrico, particularmente a Eletrobrás, contra a demissão de pessoal e a transferência de sedes de empresas. A mesa do encontro promovido pelo Clube de Engenharia foi composta pelo prefeito do Rio, Marcelo Alencar, o sociólogo Herbert de Souza, deputados federais e estaduais, líderes sindicais e representantes da CUT. (CEDI)

Trabalhadores de 8 refinarias da Petrobrás continuam em greve

Os petroleiros continuam a greve da categoria iniciada no último dia 26 de fevereiro. O quadro, segundo o comando nacional de greve, aponta a paralisação total de oito refinarias da Petrobrás em todo o país. "Estão dentro das usinas só uns poucos companheiros zelando pelos equipamentos", diz José Barbosa, presidente da categoria em Mauá, (SP) e do comando de greve.

O ex-deputado federal Luiz Inácio Lula da Silva, presidente do PT, participou de assembléia realizada pelos petroleiros diante dos portões da Re-

finaria do Planalto, em Paulínia, (SP). Na ocasião reafirmou seu apoio às reivindicações da categoria. Entre outras solicitações, os trabalhadores querem reposição salarial das perdas salariais de março de 90 a janeiro de 91, calculadas em 161% pelos sindicatos; readmissão dos 800 demitidos em decorrência da reforma administrativa; criação de comissão de saúde e meio ambiente; implantação do plano de classificação de cargos e salários; e o fim do processo de privatização da Petrobrás. (Gazeta Mercantil, 05/03/91)

Ipatinga joga duro contra analfabetismo

A Prefeitura de Ipatinga pretende atingir, até o final deste ano, uma meta que não foi alcançada por nenhuma outra do país: não ter nenhum funcionário analfabeto. Logo que assumiram a administração municipal da cidade o prefeito Chico Ferramenta (PT) e sua equipe desencadearam o projeto Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova), que pretende extinguir o analfabetismo de Ipatinga.

A fase inicial do projeto foi inaugurada com um trabalho de alfabetização dos funcionários públicos municipais. O secretário de Educação de Ipatinga, Robinson Ayres Pimenta, conta que do quadro de 3,6 mil

funcionários, um total de 708 eram analfabetos. Depois que o plano foi deflagrado, 500 deles começaram a frequentar as salas de aula. Robinson fala que os 208 restantes só não estão estudando porque não conseguiram conciliar seus horários.

A Prefeitura de Ipatinga está facilitando a aplicação do projeto de alfabetização, permitindo que os funcionários sejam liberados do serviço por meio expediente, durante três dias na semana. O secretário de Educação de Ipatinga fala que tendo 12 horas-aula por semana, durante oito meses, os alunos são alfabetizados.

Robinson explica que o trabalho

de alfabetização do Mova não consiste apenas em ensinar as pessoas a ler e escrever. O analfabeto recebe informações sobre a realidade do país, aprende a analisá-la e a se posicionar. O método utilizado é o dos educadores Paulo Freire e Emília Ferreiro. "O Mova se tornou um símbolo dos trabalhos sociais desenvolvidos na cidade", afirma Robinson. Atualmente, existem 31 monitores trabalhando em postos de alfabetização espalhados por toda a cidade. O projeto prevê, entretanto, a contratação de 250 monitores para trabalharem com os 5 mil analfabetos que existem no município. (*Hoje em Dia/Belo Horizonte, 21/02/91*)

Operário da construção civil vai ser alfabetizado

Os trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte, Sabará e Lagoa Santa vão ser alfabetizados no próprio local de trabalho, de acordo com convênio assinado dia 26 de fevereiro entre a Secretaria de Estado da Educação e o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção. O objetivo da Campanha de Alfabetização é alfabetizar cerca de 66 mil trabalhadores que, segundo o sindicato,

é o número de analfabetos numa categoria de 110 mil.

A Campanha de Alfabetização, pioneira no país como iniciativa do próprio sindicato da categoria, vai contar também com a participação do Sindicato da Indústria da Construção, do Ministério da Educação, que fornecerá material escolar e merenda, da Secretaria Municipal de Educação e outros órgãos.

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil, João Miranda, o trabalhador alfabetizado passa a ter mais consciência de seus direitos e deveres e se reconhece como profissional. A campanha foi preparada pelo sindicato desde junho de 1990 e concretizada dia 26 de fevereiro com a assinatura do convênio. (*Hoje em Dia/Belo Horizonte, 27/02/91*)

Adultos têm aulas em mesa de bar

No segundo andar do Bar Constituinte, um antigo reduto da boemia carioca, na Rua da Constituição, centro do Rio, todas as tardes saem de cena chope e instrumentos musicais para dar lugar a uma sala de aula. Ali funciona, desde julho do ano passado, um curso de alfabetização de adultos que está rendendo frutos. Organizado pela professora Antônia Pincano, do Departamento de Fundamentos da Educação da Universidade do Rio de Janeiro (Uni-Rio), o curso foi criado para alfabetizar os garçons do bar mas, aos poucos, virou uma verdadeira escola que atende a qualquer interessado.

Manicures, babás, cozinheiros e outros profissionais vêm passando empolgados pelas turmas de, no máximo, oito pessoas, onde os alunos,

em quatro horas diárias de aula durante a tarde, recebem orientação personalizada, que inclui não só lições de leitura e escrita, mas idas a shows e museus, informações sobre temas como direitos trabalhistas e higiene, e ajuda na hora de tirar documentos ou tratar um problema de saúde.

"Isso faz parte do que se chama alfabetização e cidadania. Se queremos que eles entendam porque registrar um filho é importante, temos que dar a eles acesso a esse serviço", explica Antônia Pincano, conhecida pelos alunos como Tonica. "Partimos do que o aluno já sabe. Se ele já aprendeu alguma vez na vida o método do be-a-bá, é por aí que começamos. Se ele sabe somar ou subtrair para contar dinheiro, respeitamos esse conhecimento", conta a professora.

Para conduzir o curso nessa linha, os professores envolvidos, vindos da rede pública e privada, recebem orientação de professores da Uni-Rio, que funcionam como multiplicadores. O objetivo da Uni-Rio é treinar 500 professores alfabetizadores de adultos até o fim do ano, formando um banco de professores que ficarão disponíveis para dar um atendimento de qualidade em qualquer iniciativa como essa", diz Tonica. "É preciso alfabetizar os empresários também quanto à importância da alfabetização dos seus funcionários", acrescenta. Para o dono do bar, a vida também mudou. "Alfabetização aumenta também a cultura, a percepção e a capacidade de compreensão das pessoas", diz ele. (*Jornal do Brasil, 20/02/91*)

Sinte lança campanha em defesa da escola pública

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação (Sinte) de Santa Catarina iniciou, em meados de fevereiro, a campanha em defesa da escola pública, com a finalidade de mostrar o estado de calamidade em que se encontram os estabelecimentos escolares do Estado.

A presidenta do Sinte, Rita de Cássia Gonçalves, denuncia o descaso com o ensino público e acredita que o interesse maior do governo estadual é favorecer o ensino privado.

Servidores de SP querem reposição

Os funcionários públicos paulistas realizaram, dia 27 de fevereiro, no centro de São Paulo, uma manifestação por reposição das perdas salariais e melhoria das condições de trabalho. As reivindicações unificadas dos servidores envolvem um reajuste médio de 151%, um piso salarial igual a Cr\$ 84.527,00 — valor do salário mínimo calculado pelo Dieese — e reajuste mensal de acordo com o Índice do Custo de Vida (ICV).

João Antonio Felício, presidente do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp), disse que, caso não sejam atendidas as reivindicações, os professores podem entrar em greve por tempo indeterminado a partir de 15 de março. Segundo Felício, o atual salário do professor nível I é de Cr\$ 33.800 mensais, por vinte horas semanais de trabalho. (*Gazeta Mercantil*, São Paulo, 28/02/91)

Nos anos de 89 e 90 o governo do Estado ampliou somente 2% do espaço físico da rede pública de ensino, casualmente numa época em que o índice de crescimento escolar foi maior que em anos anteriores. Isso foi o começo da desorganização que teve continuidade com a falta de professores, excesso de alunos, não realização de concursos públicos, salários baixíssimos, material didático precário e total ausência de manutenção nos prédios escolares.

O vídeo das escolas apresentado pelo Sinte à imprensa é dramático. Mostra prédios com aspecto de total abandono, mas funcionando precariamente: tetos quebrados, mato invadindo pátios de recreação, esgotos passando por dentro das escolas, depósitos de equipamentos escolares completamente destruídos, janelas sem vidros, banheiros aos pedaços, tudo dando a impressão que uma bomba passou por lá. (*Jornal de S. Catarina*, 22/02/91)

Educação é problema em Pernambuco

Com um total de 44 mil funcionários, dos quais 32 mil são professores, a secretaria de Educação do Estado de Pernambuco é considerada a maior causadora de problemas do funcionalismo estadual.

Seria necessária a contratação de mais 1,8 mil professores para zelar o déficit e atender a todos os alunos que se inscrevem na esperança de entrar para a escola pública.

Segundo Fernando Sardinha, secretário-adjunto de Educação, em virtude dessa situação, cerca de 20%

dos alunos inscritos deverão ficar de fora das escolas. A procura foi tão grande que, nas seis principais escolas estaduais do Recife, cada vaga foi disputada por 50 alunos.

Sardinha acrescentou que o Estado ainda não conseguiu receber nada do Plano de Trabalho Anual do Ministério da Educação, embora tenha solicitado Cr\$ 3,8 bilhões. Em novembro, o ministro Carlos Chiarelli anunciara que liberaria Cr\$ 450 milhões, que até hoje não chegaram ao Estado. (*O Globo*, 03/03/91)

Continua protesto no Mato Grosso

Os cerca de 300 funcionários públicos que ocupam desde o dia 28 de fevereiro a sede da Assembléia Legislativa do Mato Grosso decidiram permanecer no local até a posse do governador eleito Jaime Campos, no próximo dia 15. Eles protestam contra o

atraso no pagamentos dos salários de aproximadamente 67 mil servidores, desde novembro do ano passado. O movimento cresceu com a informação de que os 24 deputados estaduais aumentaram seus salários para Cr\$ 2 milhões. (*O Globo*, 05/03/91)

Governo Federal não ajudará Rio a sair da crise

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, eliminou qualquer esperança de que o governo federal colabore para sanar a crise no sistema de ensino no Rio de Janeiro. "Educação de 1º e 2º graus é problema dos governos estaduais", respondeu. Dia 28 de fevereiro, a secretária de Educação do Rio, Fátima Cunha, esteve em Brasília para buscar auxílio junto ao ministro e ao presidente Collor.

"O Rio de Janeiro vive um dos quadros mais graves do país em educação", relata Fátima Cunha. Num único dia a secretária assinou 500 pedidos de demissão. Os professores, inconformados com seus salários de Cr\$ 26 mil em média, abandonam seus empregos. Somente em março, os professores receberão a segunda parcela do 13º salário. Também não foi pago o abono de férias.

Essa situação levou os professores a não iniciarem o novo ano letivo, até que o governo atenda suas reivindicações.

"Pior é a situação no Nordeste", rebate o ministro Chiarelli. "Lá, os professores ganham em média Cr\$ 2 mil", continuou. Segundo ele, a parte que caberia ao governo federal já foi feita. (*Jornal do Brasil*, 01/03/91)

Fome atinge um terço dos africanos

Mais de 500 mil pessoas na região central de Moçambique estão ameaçadas de morrer de fome devido à pior seca dos últimos 40 anos, segundo as autoridades locais. Em dezembro, as Nações Unidas notificaram que Moçambique iria precisar de mais de um milhão de toneladas de alimentos para impedir a dizimação, pela fome, de sua população de 15 milhões de habitantes.

Um africano em cada três passa fome. A proporção de pessoas subalimentadas no continente cresceu 27% nos anos 80. Os dados são da FAO, órgão das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação. Em 89, a produção de víveres da África cresceu

1,3%. Enquanto isso a população aumentou em média 3%.

Moçambique está longe de ter o privilégio da situação mais crítica. O consumo médio diário de calorias por habitante no continente africano diminuiu entre 80 e 89.

A FAO costuma listar seis motivos técnicos para a falência da produção de alimentos na África: políticas governamentais desfavoráveis, explosão demográfica, falta de terras cultivadas, estagnação tecnológica, degradação do meio ambiente e a conjuntura econômica. Não consta das justificativas da organização o mais moderno dos argumentos: a falência política. (Folha de S. Paulo, 05/02/91)

Bird aumenta empréstimos para AL

O Banco Mundial (Bird) concedeu US\$ 63,9 milhões em empréstimos à América Latina para programas de nutrição em 90. Esse valor aumenta para US\$ 140,3 milhões em 92. Os dados são de um estudo da instituição, que diz que a renda per capita do continente é hoje menor do que em 1980. Entre os países que enfrentam problemas econômicos mais graves são mencionados Brasil e Argentina.

O nome do relatório é "Proteger o Status da Nutrição em Programas de Ajustamento". Tem 35 páginas e foi apresentado na ONU em Nova York, no dia 28 de fevereiro. O autor, Marcelino Selowsky, é o economista chefe do Banco Mundial para a América Latina e Caribe.

Segundo o estudo, os 20% mais pobres na América Latina têm um rendimento equivalente a apenas 4% do Produto Interno Bruto da região. Selowsky explica que é possível criar programas de merenda escolar por um custo "entre US\$ 25 e US\$ 50 por ano por criança". Esse cálculo é para países com um PIB per capita em torno de US\$ 1 mil — o que não é o caso do Brasil, onde o PIB per capita é de US\$ 2,2 mil.

Sobre o Brasil, o banco está preparando um novo estudo ("Discutindo os Problemas de Nutrição no Brasil"). Há três projetos de ajuda em negociação: saúde básica no Nordeste; nutrição e promoção de saúde. (Folha de S. Paulo, 07/03/91)

Colônia de tortura continuará aberta no Chile

De forma surpreendente, o Tribunal de Apelações de Santiago determinou a suspensão de todos os efeitos legais do decreto ditado pelo governo de Patricio Aylwin para cancelar o funcionamento da Colônia Dignidad no Chile. Sobre o local pesam acusações de violação dos direitos humanos e colaboração com a polícia secreta durante o regime militar (1973-90).

Depois da entrega do informe "Verdade e Reconciliação", até agora lido a portas fechadas pelo presidente Aylwin, os olhares se dirigem aos tribunais, diante dos quais a comissão investigadora entregou mais de 250 casos a serem investigados.

A Colônia Dignidad se instalou no Chile em 1960, chefiada por Paul Schaeffer, ex-enfermeiro do Exército alemão que, depois da 2ª Guerra, enfrentou problemas por delitos sexuais na Alemanha.

Alguns fatos vieram à luz durante as investigações de 1967 que demonstraram que Schaeffer havia criado um regime de segregação sexual dentro da colônia.

A revista alemã *Stern* e a Anistia Internacional denunciaram que a Dina (polícia política de Pinochet) usou Dignidad como centro de detenção e tortura. Em 1989, quando o governo alemão quis interrogar Schaeffer em Bonn, a Justiça chilena dificultou as investigações. (Folha de S. Paulo, 03/03/91)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DR/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL